



Escola Secundária
Inês de Castro
CANIDelo VILA NOVA DE GAIA

RELATÓRIO FINAL
DA
COMISSÃO DE AVALIAÇÃO INTERNA

ESCOLA SECUNDÁRIA DE INÊS DE CASTRO

2013 – 2014

De acordo com o previsto no seu Regimento Interno (RI), a Comissão de Avaliação Interna (CAI) da Escola Secundária de Inês de Castro (ESIC) apresenta agora o Relatório Final referente ao ano letivo 2013/2014, que deverá ser colocado ao dispor de toda a comunidade escolar, depois de posto à consideração do Conselho Pedagógico (CP) e do Conselho Geral (CG). O relatório em causa foi elaborado de acordo com os objetivos gerais da avaliação interna, no sentido da busca da melhoria permanente da avaliação, quer como instrumento de diagnóstico regulador e promotor da qualidade, quer como instrumento de reflexão crítica partilhada, para além de possibilitar a consolidação do processo de autoavaliação.

Tal como nos relatórios anteriores, as linhas orientadoras do presente são as decorrentes do Referencial de Autoavaliação Interna da ESIC, depois de acordados com o Diretor os “Domínios”, assim como os “Campos de análise” e os “Parâmetros” a analisar. Por forma a dar prossecução aos objetivos propostos, esta Comissão desenvolveu o seu trabalho de acordo com a metodologia já definida nos anos letivos 2011/12 e 2012/13, que a seguir se especifica.

1. No que respeita ao domínio **Resultados**, procedeu-se à análise documental relativa aos campos:
 - 1.1 **resultados académicos**, de acordo com o previsto no critério “Percentagem de sucesso” e em função dos indicadores “Alunos que transitaram/admitidos a exame” e “Diferencial entre avaliação interna/externa”;
 - 1.2 **resultados sociais**, considerando os critérios “Percentagem de sucesso pessoal” e “Cumprimento de regras”, segundo os indicadores “Alunos que entraram no ensino superior” e “Programa de combate à indisciplina” (PCI), respetivamente.
2. Por outro lado, o foco de análise centrou-se, novamente, no domínio **Prestação de serviço educativo**, para o que se aplicaram questionários aos docentes das disciplinas/anos em que se verificaram piores resultados quer no primeiro, quer no segundo períodos letivos, no âmbito dos campos:
 - 2.1 **planeamento e articulação**, de acordo com critério “Trabalho colaborativo” e em função dos indicadores “Elaboração de planificações/fichas/testes” e “Práticas de diferenciação pedagógica”;
 - 2.2 **práticas de ensino**, com vista à aferição dos critérios “Adequação” e “Eficácia”, no âmbito do indicador “Medidas de apoio”.

3. Finalmente, e na sequência dos dados recolhidos e propostas apresentadas à Direção no Relatório relativo ao ano letivo 2012/13, foi ainda considerado o domínio **Liderança e gestão**, para o que se aplicaram questionários a alunos, encarregados de educação e assistentes técnicos e operacionais, no âmbito do campo:
- 3.1 **gestão**, segundo os critérios “Práticas de organização” e “Eficácia”, no que respeita ao indicador “Grau de satisfação interna e externa”.

Atendendo a que o seu plano de ação prevê a consolidação dos mecanismos de autoavaliação, a CAI tem procurado desenvolver uma metodologia com características de investigação/ação para, através de conhecimento fundamentado, produzir intervenções mais adequadas e eficientes, de modo a procurar criar as condições necessárias à mudança e/ou melhoria que se deseja. Para além da análise documental e dos questionários aplicados, também os contactos não intencionais e informais foram uma metodologia considerada, na medida em que permitem ter uma visão mais alargada da escola no seu todo. Por isso mesmo, algumas das reflexões apresentadas resultam, precisamente, da aplicação desta metodologia, assim como do trabalho desenvolvido com a Consultora Externa, cuja disponibilidade foi, como habitualmente, permanente.

Uma última palavra, apenas para recordar que, a exemplo do que se disse nos Relatórios anteriores, à CAI apenas competirá apresentar dados que abram perspectivas sobre caminhos a seguir. Assim, e na sequência dos dados apresentados, caberá ao Diretor, se o entender necessário, solicitar propostas conducentes a planos de melhoria para os domínios analisados.

1. RESULTADOS ACADÉMICOS E SOCIAIS DOS ALUNOS

1.1 Da análise dos **resultados académicos** dos nossos alunos, e tendo em conta quer as taxas de sucesso na ESIC e a nível nacional (Anexo 1), quer a percentagem de sucesso estipulada pela escola (melhoria de 10%/ano), pode concluir-se estarem os resultados dos nossos alunos de 7º e 9º e anos do ensino regular algo distantes do desejável; pelo contrário, nos 8º, 11º e 12º anos situam-se acima da taxa de sucesso nacional. No que respeita aos cursos qualificantes poderemos perceber que a percentagem global de sucesso se situa acima da média nacional, exceto no 2º ano dos cursos profissionais.

Vejamos, então, os quadros abaixo:

ENSINO REGULAR – BÁSICO					
PERCENTAGEM DE SUCESSO POR ANO DE ESCOLARIDADE				% GLOBAL DE SUCESSO	META A ATINGIR
ANO	7º	8º	9º		
ESIC	76,8%	87,17%	78,33%	80,83%	86,91%
NACIONAL	82,08%	85,98%	83,43%	88,98%	

ENSINO REGULAR – SECUNDÁRIO				
PERCENTAGEM DE SUCESSO POR ANO DE ESCOLARIDADE				% GLOBAL DE SUCESSO
ANO	10º	11º	12º	
ESIC	82,88%	88,62%	63%	81,55%
NAC	84,3%	87,29%	62,38%	81,12%

CURSOS QUALIFICANTES					
PERCENTAGEM DE SUCESSO POR CURSO					
CURSO	BÁSICO	PROFISSIONAIS			% GLOBAL DE SUCESSO
ANO	CEF – TIPO 2	1º ano	2º ano	3º ano	
ESIC	100%	100%	94,44%	67,82%	85,31%
NAC	85,87%	98,47%	99,12%	60,04%	86,78%

Antes de nos centrarmos nos dados relativos aos exames nacionais, por forma a tentar perceber qual o diferencial entre a avaliação interna e a externa, pareceu-nos importante “olharmos” os nossos alunos através dos resultados dos **testes intermédios**, o que se faz pela primeira vez.

Como sabemos, pressupondo a regulação das práticas letivas, estes testes visam a melhoria sustentada da aprendizagem dos alunos, com vista à aferição das suas aprendizagens. É isso mesmo que procuraremos perceber, apresentando os resultados comparativos obtidos pelos alunos dos três anos em que tais testes ocorrem, antes da apresentação dos resultados dos exames nacionais.

Saliente-se, no entanto, que a comparação dos resultados finais estará eivada de alguma falta de rigor, na medida em que os dados agora divulgados, facultados pelo Ministério da Educação através do IAVE, não só não distinguem escolas públicas e escolas privadas como não entram em linha de conta com os resultados esperados, ou seja, com aqueles que seria espectável que os alunos obtivessem em função do meio económico, social e cultural em que estão inseridos. Por isso mesmo, há que ter uma certa “reserva” nas comparações que se estabelecem e se apresentam, feitas em função dos dados de que dispomos.

9º ANO

TESTES INTERMÉDIOS (Anexo 2)

De acordo com os resultados abaixo, poderemos concluir que o desempenho global dos alunos ficou um pouco aquém do desejável, o que nos deverá levar a refletir sobre o trabalho desenvolvido, quer em grupo disciplinar, quer, de um modo mais abrangente, envolvendo alunos e encarregados de educação.

9º ANO – RESULTADOS DOS TESTES INTERMÉDIOS (EM PONTOS)		
DISCIPLINAS	ESIC	NACIONAL
PORTUGUÊS	52,3	57,3
MATEMÁTICA	35,1	45,8

EXAMES NACIONAIS (Anexo 3)

Neste ano de escolaridade, o **total de alunos** que reuniu **condições para realizar exames nacionais foi de duzentos e três**. Porém, apenas **cento e oitenta e**

oito realizaram o de **Português** e **cento e oitenta e sete** o de **Matemática**. Face aos resultados obtidos, não se poderá dizer que, globalmente, o desempenho dos nossos alunos tenha sido dos melhores em ambas as disciplinas, mas particularmente na de Matemática, como podemos ver no quadro abaixo.

DISCIPLINAS	9º ANO – DIFERENÇA ENTRE A CLASSIFICAÇÃO INTERNA (UNIVERSO DE 203 ALUNOS) E A CLASSIFICAÇÃO DE EXAME (UNIVERSO DE 188/187 ALUNOS)				
	CI		CE		% DE NÍVEIS NEGATIVOS
	NÍVEL ≥ 3	NÍVEL < 3	NÍVEL ≥ 3	NÍVEL < 3	
PORTUGUÊS	161	42	121	67	35,6%
MATEMÁTICA	101	102	64	123	65,7%

Face a estes dados, importará refletir sobre o diferencial considerável entre o número de admitidos a exame com nível igual ou superior a três e os que obtiveram o mesmo resultado em exame. Para isso mesmo, espera-se, contribuirá o quadro que se segue, do qual se conclui ter sido de 75% a percentagem de alunos admitidos a Português nas condições acima referidas que obteve nível positivo, sendo essa percentagem de 63% no caso de Matemática.

TURMAS	PORTUGUÊS		MATEMÁTICA	
	ADMITIDOS COM NÍVEL ≥ 3	OBTIVERAM NÍVEL ≥ 3 EM EXAME	ADMITIDOS COM NÍVEL ≥ 3	OBTIVERAM NÍVEL ≥ 3 EM EXAME
A	22	21	24	15
B	19	20	21	9
C	20	15	15	8
D	19	14	11	7
E	22	15	10	9
F	26	12	8	7
G	18	9	4	3
H	15	15	8	6
TOTAL	161	121	101	64

Observemos agora os dados relativos à 1ª chamada dos exames de 9º ano, considerando também a taxa de sucesso, comparando os dos nossos alunos com os nacionais, os únicos dados a que tivemos acesso.

9º ANO – CLASSIFICAÇÃO MÉDIA DOS EXAMES NACIONAIS				
1ª CHAMADA				
DISCIPLINAS	ESIC	NACIONAL	TAXA DE SUCESSO	
			ESIC	NACIONAL
PORTUGUÊS	2,82	2,93	65,96%	68,90%
MATEMÁTICA	2,39	2,54	34,22%	43,79%

Embora sendo de salientar o facto de, de há uns anos a esta parte, ser prática da ESIC o investimento em técnicas e abordagens que visam preparar os alunos para as provas nacionais, certo é que, quando comparados com os resultados nacionais, os desempenhos dos nossos alunos continuam a ficar aquém do esperado e do desejável. Saliente-se, no entanto, a falta de elementos, que se lamenta, que nos permitissem cotejar os dados relativos à ESIC e, no mínimo, os das escolas TEIP, universo a que pertencemos.

11º ANO

TESTES INTERMÉDIOS (Anexo 2)

Começamos por nos centrar nos resultados dos testes intermédios, que permitem perceber um desempenho em linha com aqueles que foram os resultados nacionais.

11º ANO – RESULTADOS DOS TESTES INTERMÉDIOS		
(EM PONTOS)		
DISCIPLINAS	ESIC	NACIONAL
MATEMÁTICA A	9,6	9,5
FÍSICA E QUÍMICA A	9,3	9,4
BIOLOGIA E GEOLOGIA	10.0	10.1

EXAMES NACIONAIS (Anexo 4)

De entre as cinco disciplinas de 11º ano em que a maior parte dos nossos alunos esteve sujeita a exame no ano letivo 2013/2014, destaca-se, pela positiva, a de Literatura Portuguesa, na qual não ocorreram classificações inferiores a 10 valores. Porém, o mesmo não se verificou nas restantes disciplinas, de acordo com o que se segue:

Geografia A – dois alunos obtiveram classificação inferior a 10 em cada uma das fases de exame;

Matemática Aplicada às Ciências Sociais – dois alunos obtiveram classificação inferior a 10 na 1ª fase e um na 2ª;

Biologia e Geologia – cinco alunos obtiveram classificação inferior a 10 na 1ª fase e três na 2ª;

Física e Química A – sete alunos obtiveram classificação inferior a 10 na 1ª fase e quatro na 2ª.

Em função do desempenho dos alunos nas disciplinas em causa, os resultados percentuais são os que poderemos ver abaixo.

11º ANO – PERCENTAGENS DE REPROVAÇÕES (1ª E 2ª FASES)					
FASES	LIT PORT.	GEOGRAFIA A	MACS	BIOL E GEOL.	FÍS E Q. A
1ª	0%	7,1%	14,3%	7,9%	10,6%
2ª	0%	28,6%	33,3%	12,5%	11,8%

Quando se analisam os resultados, considerando agora a diferença entre a Classificação interna final (CIF) e a Classificação de exame (CE) nas duas fases, verifica-se haver um ligeiro diferencial, de acordo com o quadro que se segue.

11º ANO – DIFERENÇA ENTRE CIF E CE (EM PONTOS) (1ª E 2ª FASES)					
FASES	LIT PORT	GEOGRAFIA A	MACS	BIOL E GEOL	FÍS. E QUÍM A
1ª	-0,8	3,1	3,8	2,8	5,2
2ª	1,1	1,1	4,7	4,9	6,3

Destas oscilações resultam, naturalmente, pequenas diferenças percentuais entre a CIF e a classificação final da disciplina (CFD), que se registam.

11º ANO – DIFERENÇA ENTRE CIF E CFD (EM PONTOS) (1ª E 2ª FASES)					
FASES	LIT PORT	GEOGRAFIA A	MACS	BIOL E GEOL	FÍS. E QUÍM A
1ª	-0,4	0,6	0,9	0,7	1,3
2ª	0,3	0,3	1,3	0,8	1,4

Atendendo ao facto de o organismo do Ministério, o agora IAVE, não ter disponibilizado até ao momento (final de fevereiro) os dados relativos aos exames nacionais, não nos é possível proceder à habitual comparação entre os obtidos pelos nossos alunos e os do Grande Porto, Norte e Nacionais, o que se lamenta.

12º ANO

TESTES INTERMÉDIOS (Anexo 2)

Da observação do quadro abaixo, que dá conta dos resultados dos testes intermédios de 12º ano, percebe-se que, à exceção da 2ª prova de Matemática A, os alunos tiveram um desempenho acima ou em linha com aqueles que foram os resultados nacionais, que nos apraz registar.

12º ANO – RESULTADOS DOS TESTES INTERMÉDIOS (EM PONTOS)				
DISCIPLINAS	ESIC		NACIONAL	
	1ª PROVA	2ª PROVA	1ª PROVA	2ª PROVA
PORTUGUÊS	12,0	----	11,3	----
MAT. A	11,1	7,3	11,6	8,9

EXAMES NACIONAIS (Anexo 5)

Em relação aos exames nacionais deste ano de escolaridade, destaquem-se dois factos: por um lado, o de a percentagem global de reprovações em Matemática A ter sido muito elevada nas duas fases (na 1ª fase, quinze alunos, num total de quarenta e sete, obtiveram resultados abaixo de 10 valores, o mesmo acontecen-

do a oito, de um total de vinte e seis, na 2ª fase), por outro lado, o de 50% dos alunos que se apresentaram a exame de História A na 2ª fase ter reprovado (embora tal percentagem corresponda apenas a dois alunos), como se pode verificar no quadro abaixo.

12º ANO – PERCENTAGENS DE REPROVAÇÕES (1ª E 2ª FASES)			
FASES	PORTUGUÊS	HISTÓRIA A	MATEMÁTICA A
1ª	3,5%	6,7%	24,2%
2ª	15,4%	50%	23,5%

Da análise comparativa entre a CIF e a CE das duas fases de exames, percebe-se ter ocorrido um diferencial considerável nas duas disciplinas acima referidas (Matemática A e História A).

12º ANO – DIFERENÇA ENTRE CIF E CE (EM PONTOS) (1ª E 2ª FASES)			
FASES	PORTUGUÊS	HISTÓRIA A	MATEMÁTICA A
1ª	1,2	4,0	5,0
2ª	2,8	5,9	5,9

Pelo que fica dito, fácil será concluir que nas duas disciplinas em causa se verificaram ligeiras diferenças percentuais entre a CIF e a CFD, de que se dá conta.

12º ANO – DIFERENÇA ENTRE CIF E CFD (EM PONTOS) (1ª E 2ª FASES)			
FASE	PORTUGUÊS	HISTÓRIA A	MATEMÁTICA A
1ª	0,2	1,1	1,2
2ª	0,4	1,5	1,3

No que aos dados comparativos dos exames nacionais diz respeito, e como já referido, esta CAI teve acesso a informação muito reduzida. Assim, no que concerne ao 12º ano é apenas possível dar conta das classificações médias das disciplinas de Português e Matemática. O quadro que a seguir se apresenta permite per-

ceber que o desempenho dos nossos alunos foi muito diferente no que às duas disciplinas em causa diz respeito – na primeira os resultados situam-se bastante acima dos nacionais, o que não acontece na segunda.

12º ANO – CLASSIFICAÇÃO MÉDIA DOS EXAMES NACIONAIS				
1ª CHAMADA				
DISCIPLINAS	ESIC	NACIONAL	TAXA DE SUCESSO	
			ESIC	NACIONAL
PORTUGUÊS	12,20	11,46	83,53%	76,26%
MATEMÁTICA	7,80	8,94	32,31%	42,70%

Em síntese, quer parecer-nos que o desempenho global dos alunos da ESIC em exame é particularmente preocupante a nível do 9º ano, não o sendo tanto no secundário, à exceção de uma ou outra disciplina, o que, naturalmente, deverá ser alvo de ponderação em sede própria.

Por outro lado, e como salientámos em momentos anteriores, todos temos a noção de que o desempenho dos alunos em situação de exame nem sempre corresponde ao espectável, assim como também não devemos esquecer que a avaliação interna inclui Instrumentos de verificação e Critérios de referência que estão ausentes da avaliação externa.

Porém, se o objetivo é aproximarmo-nos da excelência, há que refletir acerca do diferencial que ocorre entre a avaliação interna e a externa, particularmente no que aos resultados dos alunos da região a que pertencemos diz respeito, isto sem esquecer, como já referimos, que, em função dos dados que nos faculta, as comparações que o Ministério da Educação permite estabelecer são algo dúbias.

1.2 No que aos **resultados sociais** concerne, e tendo como ponto de partida da nossa análise o documento “Resultados do Concurso Nacional de Acesso 2014” (Anexo 6), fácil será concluir que, de acordo com o quadro abaixo, e a exemplo do que acontecera em anos transatos, os alunos da ESIC que reuniram condições para se candidatarem ao ensino superior na primeira fase foram quase todos colocados, o mesmo não se podendo dizer dos que o fizeram na segunda.

FASE	CANDIDATURAS	COLOCADOS					
		TOTAL		POR OPÇÃO			
		Nº	%	1ª opção		2ª opção	
				Nº	%	Nº	%
1ª	85	68	80%	32	47%	15	22%
2ª	33	11	33%	1	9%	3	27%

Outro dado se destaca – tal como nos anos anteriores, o número de alunos que tencionavam candidatar-se era bastante superior ao dos que efetivamente o fizeram (187/85, na 1ª fase e 101/33, na 2ª), o que traduz uma redução significativa e que dá que pensar, embora seja quase impossível saber a razão ou razões para que tal continue a acontecer.

Ainda no âmbito dos **resultados sociais**, agora no que respeita ao critério “Cumprimento de regras” (Anexo 7), será importante recordar o facto de ter ocorrido uma alteração no tratamento e abordagem desta problemática – o Gabinete de apoio ao aluno (GAA) foi substituído pelo Programa de combate à indisciplina (PCI). Tal alteração implicou, naturalmente, uma mudança de metodologia. Assim, há que começar por destacar as três tipologias de indisciplina consideradas pelo PCI:

Tipo 1 – “Perturbações que afetam o normal funcionamento da aula e que se traduzem pelo incumprimento das regras necessárias ao adequado funcionamento da aula.”;

Tipo 2 – “Conflitos nas relações entre os alunos, que se traduzem em conflitos verbais entre alunos que afetam a dignidade e o bem-estar dos colegas”;

Tipo 3 – “Conflitos nas relações professor/aluno, que dizem respeito a conflitos que colocam em causa a dignidade do professor, como profissional e como pessoa”.

E para proceder à reflexão sobre os resultados atuais, entendemos importante considerar também os dados relativos ao GAA no que ao primeiro quadriénio de atividade desta CAI diz respeito, assim como apresentar o total de ocorrências registadas pelo PCI.

OCORRÊNCIAS	GAA				PCI
	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14
NÚMERO TOTAL	367	273	365	444	193

Da observação do quadro acima destaca-se a forte diminuição do total de ocorrências disciplinares. Uma das causas para que tal tenha acontecido poderá ser o facto de se considerarem como ocorrências as que correspondem participações disciplinares, não se incluindo neste número as situações em que os alunos eram enviados ao GAA mais por razões preventivas e do que propriamente punitivas. Mas outra razão haverá e que é necessário não esquecer – não estão aqui incluídos os alunos dos PIEF's e dos profissionais, visto que as questões de disciplina e de comportamento destes alunos, por razões de organização interna, são sempre encaminhadas para a subdiretora, Dr^a Manuela Carvalho, não constando, por isso, das estatísticas gerais da escola.

Considerando agora apenas o PCI, e no que respeita ao número total de ocorrências e à relação ano de escolaridade/tipologia das ocorrências, atente-se no quadro abaixo, que evidencia uma predominância de “Perturbações que afetam o normal funcionamento da aula e que se traduzem pelo incumprimento das regras necessárias ao adequado funcionamento da aula”, tendencialmente nos 7º e 8º anos.

ANO DE ESCOLARIDADE DOS ALUNOS ENCAMINHADOS PARA O PCI	OCORRÊNCIAS		
	TIPO 1	TIPO 2	TIPO 3
7º ANO	40	13	8
8º ANO	41	17	5
9º ANO	24	3	6
CEF	10	6	2
10º ANO	13	0	1
11º ANO	0	1	0
12º ANO	3	0	0
TOTAL	131	40	22

Sendo que os dados do PCI, apresentados agora pela primeira vez, se revelam prometedores em relação aos de que dispúnhamos anteriormente, esperamos que o facto de este Programa, de acordo com os objetivos delineados, visar «envolver toda a comunidade educativa na resolução dos problemas de indisciplina» e, assim, não só «melhorar o comportamento e a disciplina na sala de aula», mas também «melhorar os resultados escolares dos alunos», ajude a ESIC a tender para a escola de excelência que todos desejamos.

2. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EDUCATIVO

Sendo preocupação da ESIC a melhoria dos resultados dos alunos, e sendo que a esta, naturalmente, está ligada a qualidade do serviço prestado, tal como aconteceu no ano 2012/13, também em 2013/14 foi aplicado um questionário aos docentes das disciplinas/anos do ensino básico em que se verificaram piores resultados, quer no primeiro, quer no segundo períodos letivos. (Anexo 8) Convirá esclarecer que, em função dos resultados obtidos pelos alunos, os docentes procuraram identificar causas e elaborar planos de ação, de modo a que o problema fosse ultrapassado. No fundo, o que se pretendia era que, em trabalho colaborativo, fossem delineadas atividades diversificadas e adaptadas aos interesses dos alunos, de modo a que estes conseguissem atingir os objetivos desejados. Assim, esses planos implicam um trabalho conjunto ainda mais concertado, assim como a definição de estratégias adequadas a cada turma, de modo a colmatar as dificuldades evidenciadas pelos alunos.

Tendo sido de vinte e quatro o total de inquiridos, um deles não respondeu. É dos dados obtidos que daremos conta a seguir. (Anexo 9)

- a) no que à situação profissional e tempo de serviço docente diz respeito, considere-se o quadro abaixo.

SITUAÇÃO PROFISSIONAL	QUADRO	CONTRATADO	OUTRA	TOTAL 23
	87%	---	13%	
TEMPO DE SERVIÇO	MENOS 10 ANOS	11-20 ANOS	MAIS 20 ANOS	
	---	26%	74%	

- b) os anos e áreas disciplinares em causa são as seguintes:

7º ano – Português, História, Matemática e Físico-química

8º ano – Matemática e Ciências Naturais

9º ano – Português, Matemática, Físico-química;

- c) as razões que conduziram à intervenção foram, na maioria, os resultados obtidos pelos alunos no 1º período (65%), sendo que em 87% dos casos se verificou uma melhoria no período letivo que se seguiu à intervenção;

2.1 No que concerne ao **planeamento e articulação**, mais concretamente no âmbito do trabalho colaborativo desenvolvido na sequência da intervenção em causa, há a salientar que a grande maioria dos docentes o avalia positivamente no que respeita aos diferentes parâmetros considerados, a saber: “Discutir estratégias de diferenciação pedagógica” (níveis 4 e 5 para 65% dos inquiridos), “Procurar soluções para minimizar o insucesso escolar” (níveis 4 e 5 para 91% dos inquiridos), “Analisar e refletir sobre práticas letivas” (níveis 4 e 5 para 87% dos inquiridos), “Partilhar experiências e práticas docentes” (níveis 4 e 5 para 83% dos inquiridos).

Simultaneamente, quando questionados sobre a importância das reuniões de pares, todos as consideram positivamente, sendo que 78% dos inquiridos as situam nos níveis 4 e 5, o que traduz uma alteração significativa em relação ao ano anterior, que apraz salientar.

2.2 Encorajadores são também os dados respeitantes a **práticas de ensino**, mais concretamente às “Práticas na sala de aula”, visto que, de acordo com as respostas obtidas, 87% dos inquiridos alterou-as graças ao trabalho colaborativo. De resto, 61% dos inquiridos considera que os alunos se mostraram agradados face à alteração de práticas docentes, em resultado do trabalho colaborativo desenvolvido, e 52% salienta o maior empenho dos alunos.

De acordo com os dados apresentados, e em função da tendência de melhoria em relação ao ano anterior, quer parecer-nos que o trabalho colaborativo se tem vindo a impor e a revelar uma mais-valia em que parece importante continuar a apostar.

3. LIDERANÇA E GESTÃO

Antes de mais, convirá salientar que, sendo objetivo de qualquer avaliação interna a melhoria aos mais diversos níveis, os questionários aplicados a alunos, encarregados de educação (EE) e assistentes técnicos (AT) e operacionais (AO), como seria espectável, centraram-se em aspetos que no ano letivo 2012/13 foram avaliados de forma menos positiva, pelo que houve algumas adaptações e acertos em relação aos questionários então aplicados.

3.1 No que respeita ao campo **gestão**, e na sequência dos dados obtidos através dos questionários anteriormente aplicados, pretendeu-se em 2013/14 aferir a evolução em relação aos mesmos critérios – “Práticas de organização” e “Eficácia” –, assim como ao subsequente indicador “Grau de satisfação interna e externa” dos três grupos acima referidos (alunos, EE e assistentes). Vejamos, então, os resultados obtidos e as eventuais alterações em relação ao ano anterior.

A. ALUNOS

Como ponto prévio à análise dos dados apurados a partir da aplicação do questionário aos alunos (Anexo 10), convirá referir que, com vista à determinação do indicador “Grau de satisfação interna” foram considerados os parâmetros “Limpeza” (das salas de aula, dos WC, do pavilhão gimnodesportivo e dos espaços exteriores), “Funcionamento” (do bufete e do refeitório), “Segurança dos alunos no interior da ESIC”, assim como “Atividades de acompanhamento ao estudo” (AAE), para os alunos do básico, e “Reforço pedagógico” (RP) e “Sala de estudo” (SE), para os do secundário.

Os 232 discentes que responderam ao questionário fizeram-no de forma individual e anónima, como seria de esperar, sendo que, desta vez, as respostas não revelaram qualquer atitude estranha ou pouco própria, pelo que se poderá perceber que a frequência com que as práticas de autoavaliação interna se têm vindo a processar têm feito com que os alunos as encarem com naturalidade e responsabilidade.

Considerando os dados obtidos (cf. Anexo 11), verifica-se que 52% dos inquiridos é do sexo feminino e 48% do masculino, quase todos residentes na freguesia de Canidelo, sendo que a maioria dos que frequentam o ensino secundário com-

pletou o 3º ciclo na ESIC. No que respeita à distribuição por ciclos, 53% dos inquiridos frequenta o ensino básico e 47% o secundário, sendo 13% destes dos cursos profissionais. Destaque-se o facto de apenas um aluno dos CEF's ter respondido a este questionário.

Centremos agora a nossa atenção nos parâmetros que se têm vindo a revelar mais melindrosos, a saber:

1. Grau de satisfação dos alunos em relação a

A. Limpeza

- a) das salas de aula** – 41% considera-a boa ou muito boa (contra 49% no ano anterior), sendo de 40% a percentagem de alunos que a considera satisfatória;
- b) dos WC** – os resultados revelam que é satisfatória para 37% dos inquiridos e boa ou muito boa para 42% (resultados muito próximos dos do ano 2012/13);
- c) do gimnodesportivo** – também aqui os resultados estão muito próximos dos do ano anterior, visto que 63% a considera boa ou muito boa e 25% “a vê” como suficiente;
- d) dos espaços exteriores** – boa ou muito boa para 43% dos alunos e satisfatória para 39% (no ano passado era de 44% a percentagem de alunos para cada um dos níveis referidos).

Conclui-se assim que as condições de limpeza interior e exterior são avaliadas de modo muito semelhante ao que se verificara no ano anterior, sendo que, quer parecer-nos, há uma margem de progressão que convirá perseguir.

B. Funcionamento

- a) do bufete** – é agora de apenas 63% a percentagem de alunos que o considera bom ou muito bom (contra 78% e 72% nos dois anos anteriores), sendo a principal causa, apontada por 54% dos alunos, o tempo de espera, decorrente do horário de funcionamento deste espaço, particularmente do facto de não haver atendimento nos intervalos de 5 minutos, situação que foi ultrapassada no ano letivo 2014/15;

b) do refeitório escolar – se em 2011/12 65% dos alunos avaliava o refeitório entre os níveis 1 e 3, e em 2012/13 essa percentagem se situava nos 67%, parece que, apesar de todos os esforços levados a cabo quer pela Direção da ESIC, quer pela do Agrupamento D. Pedro I, a situação se agravou, visto que a percentagem de alunos pouco ou nada satisfeitos é agora de 70%. Tal descontentamento deve-se essencialmente às causas que a seguir se indicam: qualidade da confeção (38%), tempo de espera (24%), quantidade servida (15%).

Por forma a tentar esclarecer as razões para o descontentamento dos alunos, foi-lhes colocada uma questão aberta, de cujas respostas sobressaem, associadas à qualidade dos alimentos, referências ao facto de ser servida «comida fria» e «fruta podre».

Em função das informações recolhidas, afigura-se fundamental repensar aos mais diversos níveis os dois serviços em causa, para o que se apresentarão propostas em devido tempo.

C. Segurança

No que respeita a este item, o que se verifica é uma diminuição da percentagem de alunos que considera a ESIC uma escola segura, senão vejamos: apenas 59% dos alunos “situa” a segurança no interior da escola entre os níveis 4 e 5 (tal percentagem era de 62% no ano anterior e de 77% em 2011/12), sendo de 29% a percentagem dos que a situam no nível 3.

Quando questionados sobre as razões pelas quais não consideram a ESIC segura, 40% refere haver pouca vigilância, para além de que diversos alunos salientam não só o facto de se “passar” facilmente de fora da escola para dentro e vice-versa, mas também a falta de vigilância nos espaços de recreio.

Face a estes dados, quer parecer-nos que a segurança dos alunos deverá continuar a ser alvo de ponderação e de atuação por parte da Direção, pelo que retomaremos esta problemática mais adiante.

Finalmente, quisemos ainda auscultar as opiniões dos alunos sobre o funcionamento e importância das AAE, do RP e da SE. Aqui fica, então, o registo das opi-

niões dos alunos: menos de metade dos inquiridos avaliou estas atividades entre os níveis 4 e 5 (43% em relação às AAE, 45% no que se refere ao RP e 41% no que à SE diz respeito), sendo de 17%, 20% e 19%, respetivamente, as percentagens dos que as avaliam com nível 3.

Em função dos dados obtidos, quer parecer-nos que, apesar de terem sido revistos os moldes em que funcionavam os apoios disponibilizados aos alunos, os resultados, ao contrário do que seria espectável e desejável, revelaram-se bastante dececionantes e preocupantes. Provavelmente, haverá que desenvolver um outro tipo de trabalho, mais a montante, isto é, junto dos EE.

E é precisamente sobre os EE, interlocutores que reputamos fundamentais para o êxito dos alunos e para o bom funcionamento de qualquer espaço escolar, que centraremos agora a nossa atenção.

B. ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO

Tal como no ano transato, o que se pretendia junto dos EE era perceber o seu conhecimento sobre o funcionamento da ESIC e o seu grau de satisfação em relação à mesma. Assim, o nosso objetivo era auscultar, também através de um questionário *online*, (Anexo 12) todos os EE dos alunos a quem foi aplicado o questionário respetivo (232, recorde-se), mas apenas 68 responderam, de acordo com o que se segue: vinte EE de alunos do ensino básico regular, quarenta e dois de alunos do secundário regular e seis dos cursos profissionais.

Globalmente, o que se verifica (cf. Anexo 13) é que quase todos os EE acompanham a realidade da ESIC, sendo que 84% considera conhecer as regras de funcionamento e 86% reconhece que “Os EE são incentivados a participar na vida da escola”. Simultaneamente, 12% desconhecem a forma como são resolvidos os problemas disciplinares e 25%, não tem opinião sobre o assunto.

No que respeita ao grau de satisfação com o serviço prestado pelo refeitório escolar verifica-se que a percentagem de insatisfeitos é muito grande, deduzindo-se que os EE não só estão bem informados, mas também muito preocupados, senão, vejamos: 31% considera-o mau, 40% razoável e apenas 6% o considera bom. E a razão apontada por 46% dos inquiridos é a qualidade da confeção.

Quanto aos serviços de bufete, pelo contrário, o grau de satisfação é considerável – 64% considera-o bom ou muito bom e único “defeito” que lhe apontam é o facto de estar fechado nos intervalos mais curtos.

No que respeita às condições de higiene e segurança da ESIC, os resultados agora obtidos são melhores que os do ano 2012/13, visto que passou de 57% para 66% a percentagem de EE que consideram a escola limpa e de 63% para 72% a dos que a consideram segura.

Em síntese, e apesar do desagrado evidenciado com o refeitório escolar, pode-se concluir que os EE estão bastante satisfeitos com a escola, o que se traduz também na percentagem dos que afirmam gostar que o seu educando a frequente, que passou de 78% no ano 2012/13 para 87% em 2013/14.

C. ASSISTENTES TÉCNICOS E ASSISTENTES OPERACIONAIS

Por último, centremo-nos nos dados obtidos a partir do questionário, preenchido *on-line*, pelos assistentes da ESIC (Anexo 14), cujo âmbito, refira-se, foi substancialmente reduzido em relação ao anterior, visto que o objetivo foi o de reavaliar, para além dos de carácter mais geral, aqueles itens que então se evidenciaram mais controversos.

Das respostas dadas por 11 AT e 18 AO (cf. Anexo 15), parece importante começar por salientar que 83% gosta de trabalhar nesta escola (em 2012/13 esta percentagem era de 90%), sendo que apenas 44% considera que os seus “contributos para o funcionamento da escola são valorizados” (63% considerava o mesmo em 2012/13), continuando a ser considerável a percentagem dos que evidenciam algum desagrado com a forma como a informação circula internamente (só 38% considera que circula bem) e com o comportamento dos alunos em geral, como se pode perceber do que se segue:

- 80% dos assistentes refere que os alunos não “respeitam os equipamentos” (20% não concorda nem discorda);
- 45% considera que os mesmos não “respeitam os professores” (55% não concorda nem discorda);
- 42% entende que os alunos não se respeitam entre si (58% não concorda nem discorda);
- 34% diz ser respeitada pelos alunos (40% tinha a mesma opinião no questionário aplicado no ano anterior).

Esta visão tão negativista relacionar-se-á, eventualmente, com o comportamento dos alunos, que 48% entende não ser bom.

No que respeita a questões sobre as quais alunos e EE foram igualmente auscultados, continua a verificar-se que os assistentes também não têm uma visão muito positiva sobre o serviço de refeitório, que apenas 41% considera que “funciona bem e tem qualidade”, sendo que os 58% que avaliam este serviço entre os níveis 1 e 3 apontam a qualidade (31%) e a quantidade (21%) como causas para o seu desagrado.

Finalmente, em relação à segurança a visão dos assistentes é também preocupante, visto que apenas 52% considerada a ESIC uma escola segura, quando no ano 2012/13 essa percentagem era de 73%.

Como se poderá perceber do que ficou registado, continuam a ser vários os aspetos a trabalhar e a melhorar. É disso que nos ocuparemos agora.

CONCLUSÕES E SUGESTÕES

No que respeita aos **resultados académicos**, e em função do diferencial avaliação interna/avaliação externa, continua a parecer necessário que, com vista à otimização da prestação de serviço educativo, os diferentes grupos disciplinares “afinem” estratégias, não só no que concerne à aplicação o mais rigorosa possível dos Critérios de avaliação, mas também perseguindo a concretização cada vez mais aprofundada de um trabalho colaborativo que tenha como centro os alunos e se concretize na troca de experiências e de práticas na sala de aula.

De facto, e de acordo com os dados apurados, verificou-se uma tendência no sentido de ver o trabalho colaborativo como uma mais-valia. É, por isso, fundamental que, no que respeita à **prestação do serviço educativo**, se continue a apostar nesta vertente, com vista à sua otimização, seja através de formação específica, seja através de momentos comuns para encontros entre os docentes que partilham os mesmos anos de escolaridade, para isso se considerando, como é evidente, a componente não letiva de estabelecimento.

Refira-se ainda a importância da manutenção do trabalho em curso nas disciplinas sujeitas a exame, no sentido de exercitar e treinar temáticas/assuntos específicos, com vista à preparação para a avaliação externa. Em relação a esta, no entanto, parece importante fazer aqui duas chamadas de atenção:

– por um lado, como foi já referido, convirá não esquecer que os dados de que dispomos englobam escolas públicas e privadas sem qualquer distinção, para além de que não têm em consideração os resultados esperados, isto é, os que variam em função do meio económico, social e cultural em que os alunos estão inseridos;

– por outro lado, convirá não esquecer também que a avaliação interna contempla e pressupõe o recurso a Instrumentos de verificação e Critérios de referência que a avaliação externa, pela sua natureza “momentânea”, não contempla.

Salvaguardando estes dois pontos, e face à forma como os recursos que a escola tem vindo a colocar ao dispor e ao serviço dos alunos (particularmente as AAE, o RP e a SE) e ao modo como estes os (des)valorizam, seria talvez importante e até imprescindível desenvolver todo um trabalho junto dos EE, no sentido de os envolver e responsabilizar, efetivamente, pelo empenho e desempenho escolar dos seus educandos. Valorizar o estudo e o trabalho, aproveitando todos os recursos que a escola coloca ao dispor dos

alunos, parece ser, sem dúvida, um caminho e explorar, de modo a procurar inverter a realidade atual.

No que respeita à **liderança e gestão**, os resultados a que se chegou através dos questionários aplicados aos alunos, EE e assistentes parecem apontar no sentido de repensar, entre outros aspetos, as condições de segurança da escola. Por isso mesmo, se sugere à Direção que analise a melhor forma de o fazer, reforçando não só o gradeamento circundante, como também a vigilância interna.

Em relação à limpeza dos espaços escolares, e sendo certo que a ESIC se debate com problemas gravíssimos, resultantes da falta de assistentes operacionais, há, naturalmente, que continuar a fazer um esforço de melhoria. Apesar do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido por parte da chefia dos AO para que tudo corra pelo melhor, todos concordamos ser impossível obter resultados quando não se tem meios. No entanto, e visto que os alunos são, em última análise, os principais responsáveis pelas condições de pouca higiene com que nos debatemos, há que responsabilizá-los. O que se sugere, no fundo, é que estes sejam chamados a desempenhar um papel relevante, no sentido de, através da prática de comportamentos cívicos, evidenciarem, antes de mais, hábitos de higiene, mas também de limpeza, sempre que necessário.

No que respeita ao bufete, e em função das queixas apresentadas pelos alunos, sugere-se a alteração do horário escolar, de modo a que os intervalos de cinco minutos deem lugar a paragens entre tempos letivos de, no mínimo, dez minutos, alargando assim o período de funcionamento deste serviço e, conseqüentemente, viabilizando a melhoria do atendimento.

O refeitório escolar continua a ser um desafio, já não pelas razões anteriormente levantadas pelos alunos, mas agora por questões de qualidade e também de quantidade dos alimentos servidos. Dada a gravidade das questões levantadas, sugere-se uma forma rápida e permanente de “auscultação” dos utilizadores deste espaço e de avaliação do serviço em causa – a criação de uma folha de reclamação/sugestão, que os utentes preencheriam e depositariam em caixa própria, colocada para o efeito no refeitório, e cujos dados o responsável escolar por aquele espaço analisaria, por exemplo, com frequência semanal, por forma a intervir de imediato e sempre que necessário. Sugere-se também uma maior atenção e vigilância por parte do responsável referido, que poderia contar, eventualmente, com a colaboração da APESCA.

Um maior envolvimento dos EE poderia ainda, como seria desejável, levar ao estabelecimento de pontes que se revelassem úteis também na resolução de problemas ao

nível do comportamento e das atitudes dos alunos, referidos pelos AO e AT e sentidos por todos.

Em relação aos assistentes, é ainda preocupante a forma como, aparentemente, têm vindo a sentir-se desvalorizados, pelo que importaria, também aqui, reestabelecer alguns laços, na medida em que o papel destes agentes é fundamental para o bom funcionamento de qualquer estabelecimento de ensino, logo, também para êxito de todos. Por isso mesmo, o seu bem-estar deve ser uma preocupação constante, como o deve ser o do pessoal docente.

Exatamente para tentar perceber qual o grau de satisfação dos professores em relação àquilo que mais diretamente determina o seu envolvimento e êxito no trabalho com os alunos, a distribuição de serviço e os horários letivos atribuídos, durante o ano letivo 2014/15, esta Comissão propõe-se auscultá-los, aplicando um questionário a todos os docentes em serviço na ESIC, e não apenas àqueles cujos desempenhos dos alunos se revelem mais problemáticos. Atendendo a que foi em 2009/10 a última vez em que se procedeu a uma análise do grau de satisfação geral dos docentes, pensamos ter chegado a hora de os “ouvir” novamente. Das suas opiniões e sugestões poderão sair propostas que se revelem não só interessantes, mas também fundamentais para o bom funcionamento da escola, que todos reputamos essencial à excelência que perseguimos.